

HABEAS CORPUS Nº 554.860 - SP (2019/0385448-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO DIAZ NAPOLITANO - SP236733
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE MANOEL PEREZ PEREZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ MANOEL PEREZ PEREZ apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 168, § 1º, III, do Código Penal, à pena de 2 anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicial aberto.

A apelação defensiva foi desprovida pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 13/24).

No presente *habeas corpus*, a Defensoria Pública estadual busca o afastamento da exasperação da pena-base em razão da valoração negativa das consequências do delito, circunstância essa prevista no art. 59, *caput*, do Código Penal.

O pedido liminar foi indeferido às e-STJ fls. 99/100.

Informações prestadas, o Ministério Público Federal opinou pela **denegação** da ordem (e-STJ fls. 121/125).

É o relatório.

Decido.

No caso dos autos, ao fixar a pena-base, o magistrado de primeira instância valorou negativamente as consequências do crime, considerando o prejuízo sofrido e não ressarcido à vítima. Confira-se (e-STJ fls. 47):

Em fundamentação à aplicação da pena saliento que a reprovabilidade da conduta praticada pelo condenado não justifica aumento na pena base.

Superior Tribunal de Justiça

Seus antecedentes não recomendam exacerbação, segundo a melhor técnica. Os autos não fornecem elementos seguros quanto à conduta social e a personalidade do agente.

*No entanto, as **circunstâncias** da infração considerando a grande quantidade da mercadoria, bem como as **consequências** do crime, notadamente levando em conta o prejuízo sofrido e não ressarcido, justificam maior reprimenda.*

Presentes as circunstâncias judiciais referidas, que devem levar a exacerbação das penas base, fixo-as em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, bem COMO fixo a pena pecuniária em 15 (quinze) dias-multa, no valor cada qual, de 1/30 do salário mínimo mensal vigente à data do fato, com correção monetária desde a mesma data.

O Tribunal de origem, por sua vez, consignou o seguinte e-STJ fls.

22/23):

A exasperação adotada na primeira fase da dosimetria está bem justificada, e o Julgador deve ponderar as circunstâncias e consequências do crime, como ocorreu neste caso. Acrescento que o réu valeu-se, ainda, de caminhão de terceira pessoa, que poderia, num primeiro momento, até ter sido responsabilizada por ato do réu, sendo que o caminhão só foi recuperado posteriormente, e avariado (fls. 47), situação igualmente grave e que não foi considerada expressamente na primeira fase da dosimetria, favorecendo o acusado. Portanto, fica mantida a exasperação adotada.

Da análise dos excertos acima transcritos, verifica-se que as consequências do delito foram devidamente valoradas negativamente, tendo em vista que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal Superior, "para a configuração da vetorial relativa às consequências do crime, é suficiente a constatação de expressivo prejuízo causado à vítima pelo fato delituoso, ainda que não apurado o valor exato do dano" (EDcl no AREsp n. 965.992/SC, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 7/2/2019, DJe 8/3/2019).

Nesse mesmo sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. ESTELIONATO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E PARCELAMENTO DE SOLO URBANO. DOSIMETRIA. ANÁLISE NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MANUTENÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

I - Embargos de declaração, com efeitos infringentes, devem ser recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade.

II - A individualização da pena é uma atividade em que o julgador está vinculado a parâmetros abstratamente cominados pelo legislador, sendo-lhe permitido, entretanto, atuar discricionariamente na escolha da sanção penal aplicável ao caso concreto, após o exame percuciente dos elementos do delito, e em decisão motivada.

Destarte, cabe às Cortes Superiores, apenas, o controle de legalidade e da constitucionalidade dos critérios utilizados no cálculo da pena.

III - No que se refere às circunstâncias do delito, essas possuem relação com o modus operandi veiculado no evento criminoso. No caso, o Juiz sentenciante valorou esta circunstância de forma negativa, diante dos meios extremamente organizados com o fim único de enganar vítimas que investiram recursos de uma vida inteira para aquisição da casa própria. Assim, não há que se falar em bis in idem, tampouco em ausência de fundamentação idônea para a majoração das penas-base, pelo que a decisão deve ser mantida na sua integralidade.

IV - O entendimento perfilhado pelo magistrado, no ponto, está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que as consequências do crime em razão do elevado prejuízo ocasionado às vítimas justificam a majoração da reprimenda de piso.

V - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (AgRg no HC 525.029/RJ, relator Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, Desembargador convocado do TJPE, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 19/11/2019, grifei.)

À vista do exposto, considerando que o entendimento consignado pelas instâncias ordinárias está de acordo com a orientação pacificada neste Tribunal Superior, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator